

A indissociabilidade entre as dimensões psíquica e social na constituição psíquica do sujeito

The inseparability between the psychic and social dimensions in the psychic constitution of the subject

*Maria Lucia Vieira Violante**

Resumo

Conforme indicado no título deste artigo, nele defendo a “tese” segundo a qual, na constituição psíquica do sujeito, as dimensões psíquica e social são indissociáveis – de acordo com minha leitura, assim como a de outros autores freudianos acerca da obra de Freud. De acordo com Piera Aulagnier, a contribuição mais fundamental da teoria freudiana encontra-se no lugar e função que designa ao desejo: tanto na organização do sujeito psíquico, quanto na do meio social ao qual pertence. Apesar de serem duas organizações regidas por princípios diferentes, do mesmo modo que são os seus objetivos, elas deverão conseguir entrar em acordo, a fim de que sujeito e mundo possam coabitar e continuar a existir um para o outro. O indivíduo não pode renunciar ao desejo, senão ao preço de sua morte psíquica, mas no entanto, deve aceitar os limites de sua realização, em nome da sobrevivência da sociedade à qual reivindica o seu legítimo reconhecimento como um de seus membros. Neste trajeto, que Castoriadis denomina “socialização da psique”, o complexo de Édipo - que é universal, enquanto lei cultural que interdita o desejo incestuoso e o parricida – ocupa lugar central na estruturação do psiquismo e portanto, na orientação do desejo humano.

Palavras-chave: *desejo, psique, complexo de Édipo.*

Abstract

As indicated in the title of this article, my argument is as follows: in the psychic constitution of the subject, the psychic and social dimensions are inextricably

* Professora Titular no Programa de Estudos Pós-Graduados em Psicologia Clínica da PUC/SP.
E-mail: mlviolante@terra.com.br

linked – according to my reading and those of other Freudian authors, based on Freud’s work. According to Piera Aulagnier, the most fundamental contribution of freudian theory is the function of the desire, both in the organization of the psychic subject, as in the social environment to which he belongs. Although they are two organizations governed by different principles and goals, they should be able to agree to that subject and world have to live together and exist for one another. The individual cannot give up his desire, the price being his psychic death, yet he must accept the limits of his achievements on behalf of the culture survival to which he claims recognition as one of its members. In this way, called by Castoriadis “socialization of the psyche”, the Oedipus complex – which is universal, though cultural law prohibits the parricide and incestuous desire – is central in the structuring of the psyche and thus in the orientation of human desire.

Keywords: *desire, psyche, Oedipus complex.*

A atual polêmica em torno da manutenção ou não da gravidez de uma mulher, ao se detetar que o feto é anencéfalo, revela duas posturas, à primeira vista, inconciliáveis: uma, científica, e outra, religiosa. Digo à primeira vista porque pode haver interesse científico em se investigar a “coisa” ou em se fazer uso dela (como se ela fosse doadora de órgãos, tecidos, células-tronco, etc.), mas sem a ilusão de humanizá-la.

Suponhamos que, num país católico, como é o nosso, vença a postura religiosa para a manutenção da vida da “coisa”, então tida como ser humano, feito à imagem e semelhança de Deus, e por Ele enviado à Terra. Resta indagar à Santa Madre Igreja: é possível humanizar, isto é, tornar um ser social um bebê sem cérebro?

Minha resposta é: não!

Mutatis mutandis: é possível socializar um bebê sem que ele tenha relação alguma com um semelhante seu, ou seja, um outro ser humano já socializado?

Igualmente, minha resposta é: não!

Com base em registros históricos, o cineasta alemão Werner Herzog conta o caso de Kaspar Hauser, que até a idade adulta não adquirira a linguagem e nem a postura erecta de um bípede, por ter sido privado de estabelecer relação com, ao menos, um outro ser humano. Real ou fictício, o personagem do filme “O enigma de Kaspar Hauser” revela não ser possível a

humanização de um corpo biológico – portador, inclusive, de um cérebro –, e, muito menos, a constituição de um Eu a habitar esse corpo, sem a participação de um outro ser humano socializado, e, como tal, membro de um grupo social, o qual, por sua vez, pertence a uma sociedade, parte integrante de uma dada cultura.

Neste sentido, é proverbial uma reflexão de Castoriadis (1975), ao afirmar: “A menos que se acredite [...] que o recém-nascido humano é predestinado por sua natureza [...]; ou por Deus [...]; ou pelo Espírito Santo [...], a uma existência social que amadurece nele com o passar dos anos, como crescem seus membros e aumenta seu peso; a menos que se sonhe que ele é geneticamente, ou não sabemos como, pré-organizado para constituir (ou ‘refletir’) um real coerente com o de todo mundo e referido às mesmas significações, reconhecer espontaneamente o outro e sua autonomia, reconhecer-se como indivíduo, ter sempre somente desejos que uma harmonia pré-estabelecida concilia sempre com os dos outros, poder existir numa coletividade integralmente não instituída, ou poder, desde seu nascimento (ou, mais exatamente, desde sua concepção), negociar livremente sua entrada numa sociedade instituída; em suma, a menos que se ignore integralmente o que é a psique e o que é a sociedade, é impossível desconhecer que o indivíduo social não se desenvolve como uma planta, mas é criado-fabricado pela sociedade, e isso *sempre* mediante uma ruptura violenta daquilo que é o estado primário da psique e suas exigências. E uma instituição social, sob uma forma ou sob outra, *sempre* será responsável por isso. A forma e a orientação desta instituição podem e devem mudar [...]. Mas *sempre* será preciso, sem pedir-lhe uma opinião que ele não pode dar, arrancar o recém-nascido de *seu* mundo, impor-lhe – sob pena de psicose – a renúncia à sua onipotência, o reconhecimento do desejo do outro como tão legítimo quanto o seu, ensinar-lhe que ele não pode fazer com que as palavras da língua signifiquem o que ele gostaria que significassem, fazê-lo aceder ao mundo sem mais, ao mundo social e ao mundo das significações

como mundo de todos e de ninguém. [...]. Essa é a verdadeira significação da situação edipiana, cuja encarnação, na família patriarcal, nesse sentido, é ao mesmo tempo exemplar e acidental.”¹

Freud parte do atendimento a sujeitos psicologicamente sofredores para criar a psicanálise enquanto um novo campo do saber independente da medicina. Depois de haver dedicado quarenta e seis anos de sua vida investigando o inconsciente, enquanto objeto de estudo da psicanálise, ele, que lidava com seres humanos – e não com animais e nem com vegetais –, conclui, no final de sua vida, no seu derradeiro trabalho, só postumamente publicado (1940[1938]): “Conhecemos duas espécies de coisas sobre o que chamamos nossa psique (ou vida mental): em primeiro lugar, seu órgão corporal e cena de ação, o cérebro (ou sistema nervoso) e, por outro lado, nossos atos de consciência, que são dados imediatos e não podem ser mais explicados por nenhum tipo de descrição. Tudo o que jaz entre eles é-nos desconhecido, e os dados não incluem nenhuma relação direta entre estes dois pontos terminais de nosso conhecimento.”²

Certamente, Freud está se referindo à psique, que em grande parte é inconsciente e cuja cena de ação é o cérebro. A isso se acresce que, conforme ele postula, a topografia psíquica que lhe é devida “nada tem a ver com a anatomia do cérebro, e, na realidade, entra em contato com ela apenas num ponto.” (1939[1934-1938]). Nota de rodapé do Editor inglês, James Strachey, esclarece que esse ponto “reside no sistema perceptual, que é considerado como cortical tanto na anatomia como na metapsicologia de Freud.”³

Note-se que vinte e quatro anos antes da publicação do trabalho acima referido, em “O inconsciente” (1915), Freud já afirmava que “[...] a atividade mental está vinculada à função do cérebro [...]” E, ele completa: “Nossa topografia psíquica, *no momento*, nada tem a ver com a anatomia [...]”⁴

1 Castoriadis, C. (1975). *A instituição imaginária da sociedade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986, p. 154/5; grifos meus.

2 Freud, S. (1940[1938]). *Esboço de psicanálise*. *ESB* XXIII, p. 169.

3 Freud, S. (1939[1934-1938]). *Moisés e o monoteísmo – três ensaios*. *ESB* XXIII, p. 118.

4 Freud, S. (1915). *O inconsciente*. *ESB* XIV, p. 200/201.

Em “O ego e o id” (1923), Freud considera o sistema Pcpt/Cs. como o núcleo do ego – o qual abrange o Pcs., que só se torna consciente se a uma representação de coisa se ligar uma representação de palavra –, aberto que está às percepções tanto externas como internas, a partir das quais se formam as representações verbais (conscientes) e as representações de coisas (inconscientes), que, por derivarem das sensações corporais, levam Freud a concluir que “o ego é, primeiro e acima de tudo, um ego corporal [...]”.⁵

O cérebro é um órgão nobre – intransplantável, ao menos até o atual momento histórico -, que faz parte integrante do corpo de todo ser humano normal. Este, por sua vez, só se humaniza, ou seja, se socializa, ao ser introduzido numa sociedade, por meio, primeiramente, dos seres humanos que lhe deram a vida – os quais chamamos de pais (mesmo que substitutos), em nossa cultura. Mas, independentemente da cultura, todo ser humano é gerado por um “pai” e uma “mãe”, cujas funções podem variar em cada cultura; porém, creio que a função da mãe – ou substituto - seja uma invariante cultural.

O processo de socialização por meio do qual o indivíduo se humaniza pressupõe a existência de um corpo dotado de vida - com sexualidade e psique. Castoriadis (1975) utiliza uma expressão interessante: “socialização da psique”.⁶ Pressupõe ainda, a presença de um grupo social, ao qual o indivíduo pertence e, por meio deste, à sociedade inclusiva.

A psicanálise, tal e qual criada por Freud, postula que, dada a condição de desamparo biopsíquico na qual nasce todo ser humano, ele precisa do auxílio de, pelo menos, um semelhante (adulto) – a mãe ou substituto -, que lhe provenha a satisfação das necessidades básicas – tanto as do corpo, quanto a necessidade psíquica de prazer.

De acordo com Piera Aulagnier (1975)⁷, a partir de larga experiência na análise de psicóticos, junto com o leite materno (ou o de alguém ou o artificial), o bebê necessita de ingerir libido, por meio dos cuidados

5 Freud, S. (1923). O ego e o id. *ESB* XIX, p. 40.

6 Castoriadis, C. Op. Cit., p. 355.

7 Aulagnier, P. (1975). *A violência da interpretação – do pictograma ao enunciado*. Rio de Janeiro: Imago, 1979.

maternos, do aconchego e do investimento libidinal de seu corpo, mesmo que ainda não habitado por um Eu constituído, mas por um “Eu antecipado”. Sem essa intervenção de um semelhante adulto, o bebê morre ou terá sérios comprometimentos psíquicos – senão também físicos –, durante a infância e/ou mais tarde, na adolescência ou idade adulta. Isso é o que atestam os estudos de René Spitz com crianças hospitalizadas e minha tese de doutorado sobre a criança mal-amada, e, por isso, portadora de uma potencialidade melancólica⁸.

Desde o início de sua obra, quando pretendia escrever uma psicologia para neurologistas, Freud (1950[1895]) leva em conta, de um lado, o desamparo inicial dos seres humanos, que é “a *fonte primordial* de todos os *motivos morais*.”⁹ De outro, o requisito de que tal desamparo desperte no outro (que, em geral, é a mãe ou substituta) “motivos morais”, tomando o bebê sob os seus cuidados e assim, proporcionando-lhe uma vivência de satisfação – alimentar e libidinal. Tal vivência instaura o desejo – e suas duas metas pulsionais, a erótica e a tanática – no mesmo momento em que se inscreve psiquicamente, inaugurando assim, a psique. E, como diz Freud (1900), “[...] nada mais, a não ser um desejo, pode colocar nosso aparelho mental em ação.”¹⁰

Isto é o que permite a Freud (1923[1922]) postular que é necessário remontar o início da sexualidade nas crianças, “quase que ao começo da existência extra-uterina.”¹¹ A isso se segue que, ao cuidar do(a) filho(a), os sentimentos maternos que se originam de sua própria vida sexual levam a mãe a ensiná-lo a amar, uma vez que, ao acariciá-lo(a), beijá-lo(a), embalá-lo(a) proporciona-lhe, conforme se expressa Freud (1905), “uma fonte

8 Violante, M. L. V. *A criança mal-amada – Estudo sobre a potencialidade melancólica*. Petrópolis: Vozes, 1995.

9 Freud, S. (1950[1895]). Projeto para uma psicologia científica. *ESB I*, p. 422; em itálico no original.

10 Freud, S. (1900). A interpretação dos sonhos. *ESB V*, p. 604.

11 Freud, S. (1923[1922]). Dois verbetes de enciclopédia. *ESB XVIII*, p. 296.

infindável de excitação sexual e de satisfação de suas zonas erógenas.”¹² Estas mesmas idéias são reiteradas por Freud, em uma de suas derradeiras obras, “Esboço de psicanálise” (1940[1938]).¹³

Do lado do desenvolvimento da sexualidade infantil, o auto-erotismo é o modo de a pulsão sexual buscar satisfação. A satisfação buscada auto-eroticamente pressupõe, conforme Freud (1905), uma satisfação “já experimentada anteriormente a fim de ter deixado atrás de si a necessidade de repetição [...]”.¹⁴

Do lado da constituição do psiquismo, como o ego não existe desde o início, é graças ao investimento libidinal dos pais na criança, alçando-a ao lugar de Sua Majestade o Bebê, que o ego se constitui em sua primeira forma como um ego ideal.

A travessia da criança pelo complexo de Édipo deverá conduzi-la a uma relativização de seu narcisismo e à aquisição do superego e do ideal do ego – instâncias psíquicas que são herdeiras do complexo de Édipo e que possuem uma dimensão individual e uma social. Afinal, o que é lícito ou proibido, bom ou mal, etc., enfim, os ideais são provenientes do meio social ao qual o sujeito pertence e, por meio dele, à sociedade inclusiva e à cultura.

Lembre-mos que o outro está invariavelmente implicado na vida mental do sujeito, como diz Freud (1921), “[...] como um modelo, um objeto, um auxiliar, um oponente [...]”¹⁵. E que, por isso mesmo, está implicado nas atividades auto-eróticas, no narcisismo – enquanto a primeira forma pela qual o ego se constitui como um ego ideal – e nos sucessivos momentos da constituição do ego, assim como das instâncias superiores – o superego e o ideal do ego.

Abro aqui, um breve parêntese para registrar uma diferença entre auto-erotismo e auto-sensorialidade, conforme postulada por Piera Aulagnier (1985): “[...] na atividade auto-erótica, o prazer tem seu suporte no fantasma de uma relação fusional com o objeto do desejo; na atividade auto-sensorial, o prazer acompanha [...] uma figuração na qual os efeitos

12 Freud, S. (1905). Três ensaios sobre a teoria da sexualidade. *ESB* VII, p. 229-230.

13 Freud, S. (1940[1938]). Esboço de psicanálise. *ESB* XXIII, p. 216.

14 Freud, S. (1905). Três ensaios sobre a teoria da sexualidade. *ESB* VII, p. 190.

15 Freud, S. (1921). Psicologia de grupo e a análise do ego. *ESB* XVIII, p. 91.

do encontro tornam-se o lugar-tenente [ou seja, valem no lugar] de um ‘objeto’, cujo referente psíquico remete meramente ao próprio corpo.”¹⁶ Na criança autista, podemos observar uma atividade auto-sensorial, antes que auto-erótica.

É lícito concluir que psique e sexualidade são tão indissociáveis, quanto psique e sociabilidade, isto é, possibilidade de a psique ser socializada por meio da intervenção do outro – o que se inicia a partir do nascimento.

Então, ainda que, até o momento, o que está em pauta sejam processos intrapsíquicos – como desejo, libido, instâncias psíquicas -, não há como a psique se constituir sem a presença de um “auxiliar” externo (já constituído) e, além disso, que possibilite ao bebê estabelecer com ele, segundo Freud (1921), uma identificação – enquanto “a mais remota expressão de um laço emocional.”¹⁷ Sim; uma identificação sumária com o outro semelhante, mesmo que ainda não haja um Eu constituído, mas em vias de, e mesmo que a psique incipiente do bebê ainda não possa representar o outro como separado de si.

Freud volta a falar em desamparo psíquico, em “Inibições, sintomas e ansiedade” (1926[1925]), ao postular que, em cada fase da constituição da psique, esta se defronta com uma situação de perigo geradora de ansiedade: quando o ego é imaturo, há o perigo do desamparo psíquico; quando a criança é totalmente dependente do adulto, na primeira infância, há o perigo da perda do objeto ou de seu amor; na fase fálica, há o perigo de perda do pênis (no menino) ou do amor materno (na menina); na latência, o medo do superego.¹⁸

O autor estende sua concepção de desamparo como sendo próprio da condição humana, ao colocá-lo na gênese da religião, em “O futuro de uma ilusão” (1927). Nesse estudo, ele considera que, talvez, o ítem mais impor-

16 Aulagnier, P. (1985). Nascimento de um corpo, origem de uma história. In: AULAGNIER, P. et al. *Corps et histoire*. Paris: Les Belles Lettres, 1986, p. 99-141, p. 139/140; tradução minha.

17 Freud, S. (1921). Psicologia de grupo e a análise do ego. *ESB XIV*, p. 133.

18 Freud, S. (1926[1925]). Inibições, sintomas e ansiedade. *ESB XX*, p. 166.

tante do inventário psíquico de uma civilização consista “[...] no sentido mais amplo, em suas idéias religiosas, ou, em outras palavras [...], em suas ilusões” – as quais derivam dos próprios desejos humanos.¹⁹

Ainda, reflete que, se de um lado, o homem cria a civilização para se defender contra a natureza, de outro, a vida em sociedade requer a renúncia das pulsões sexuais e destrutivas, assim como o acatamento às leis, normas, valores, etc. dessa mesma sociedade. Segundo Freud (1927), essa situação possui um protótipo infantil, uma vez que “[...] nos encontramos em semelhante estado de desamparo: como crianças de tenra idade, em relação a nossos pais”; na vida adulta, “O desamparo do homem, porém, permanece e, junto com ele, seu anseio pelo pai e pelos deuses.”²⁰

Ademais, conforme Freud (1927), “Não poucas pessoas encontram sua única consolação nas doutrinas religiosas, e só conseguem suportar a vida com o auxílio delas.” Em sendo assim, se, de um lado, a religião é confortante para esses indivíduos, de outro, ela “contribui muito para domar os instintos sociais”, desempenhando grandes serviços para a civilização humana.²¹

Às custas ou não da religião, o mecanismo psíquico da sublimação das pulsões sexuais e destrutivas, ao qual o Eu recorre para ser reconhecido em seu grupo social, por definição requer a existência do sujeito, bem como do grupo ao qual pertence.

Em outro lugar²², escrevi que, segundo minha leitura da obra freudiana, entendo que a sublimação tem, no plano individual, uma função organizadora e reorganizadora da psique, e que, no plano social – ao qual o individual está intimamente articulado -, ela se presentifica na consolidação dos laços sociais, à medida que propicia a produção de bens culturais (produção artística, intelectual, etc.) por parte do indivíduo ou do grupo. Tal produção só é tornada possível se houver para estes fins um desvio no modo de satisfação das pulsões sexual e agressiva, que podem ser satisfeitas

19 Freud, S. (1927). O futuro de uma ilusão. *ESB XXI*, p. 25.

20 Freud, S. (1927). O futuro de uma ilusão. *ESB XXI*, p. 28/9.

21 Idem p. 48/50.

22 Violante, M. L. V. *Ensaios freudianos em torno da psicosexualidade*. São Paulo: Via Lettera, 2004.

indiretamente na edificação da cultura, além de diretamente, desde que não contradiga a Lei Cultural, que sempre restringe a liberdade nas manifestações sexuais e agressivas dos membros de uma dada cultura.

Freud escreve sobre a necessidade de renúncia aos desejos incestuosos e parricida, não só quando aborda o complexo de Édipo, que juntamente com o de castração é o complexo nuclear da constituição psíquica do sujeito, mas também quando aborda a gênese e a construção da cultura, como podemos ler em “Totem e tabu” (1913[1912]), assim como em “O mal-estar na civilização” (1930[1929]).

Neste último trabalho, Freud (1930) afirma: “Obtém-se o máximo quando se consegue intensificar suficientemente a produção de prazer a partir das fontes do trabalho psíquico e intelectual. [...]. Uma satisfação desse tipo, como por exemplo, a alegria do artista em criar, em dar corpo às suas fantasias, ou a do cientista em solucionar problemas ou descobrir verdades, possui uma qualidade especial. [...]. E o ponto fraco desse método reside em não ser geralmente aplicável, de uma vez que só é acessível a poucas pessoas. Pressupõe a posse de dotes e disposições especiais que, para qualquer fim prático, estão longe de serem comuns. E mesmo para os poucos que os possuem, o método não proporciona uma proteção completa contra o sofrimento.”²³

Freud releva ainda, que a técnica da arte de viver localiza a satisfação em processos mentais internos, sem voltar as costas ao mundo externo – “[...] pelo contrário, prende-se a objetos pertencentes a esse mundo e obtém felicidade de um relacionamento emocional com eles. [...]” Evidentemente, diz ele, “estou falando da modalidade de vida que faz do amor o centro de tudo, que busca toda satisfação em amar e ser amado.”²⁴

A esse respeito, já em “Psicologia de grupo e a análise do ego” (1921), Freud afirma que “[...] no desenvolvimento da humanidade como um todo, do mesmo modo que nos indivíduos, só o amor atua como fator civilizador, no sentido de ocasionar a modificação do egoísmo em altruísmo.”²⁵

23 Freud, S. (1930[1929]). O mal-estar na civilização. *ESB XXI*, p. 98/9.

24 Idem, p. 101.

25 Freud, S. (1921). Psicologia de grupo e a análise do ego. *ESB XVIII*, p. 130.

É notável ver que, num texto que muitos chamariam de “sociológico”, Freud desenvolve um pouco mais do que fizera antes o conceito de identificação – dedicando-lhe um capítulo -, cuja elaboração final vai se completar em 1932/3. Aqui, é suficiente salientar que Freud concebe a identificação, conforme referido anteriormente, como “[...] a mais remota expressão de um laço emocional com outra pessoa.”²⁶ Adiante, discriminando objeto de escolha e objeto de identificação – diferença que inexiste no início da constituição psíquica do sujeito -, Freud afirma que “[...] a identificação esforça-se por moldar o próprio ego de uma pessoa segundo o aspecto daquele que foi tomado como modelo.”²⁷ Isso pode ocorrer a partir da percepção de uma qualidade comum partilhada com outra pessoa que não é objeto da libido ou, de modo regressivo, por meio da introjeção no ego de um objeto libidinal – como o que ocorre no homossexualismo masculino e na melancolia.

Fora do registro da psicopatologia, conforme referido anteriormente, em “O ego e o id” (1923), Freud pondera que a identificação é “[...] a única condição em que o id pode abandonar os seus objetos”, concluindo que “[...] o caráter do ego é um precipitado de catexias objetais abandonadas e que ele contém a história dessas escolhas de objeto.”²⁸ De acordo com o mencionado acima, é só na 31ª. conferência das “Novas conferências...” (1932/3), que Freud vem finalmente definir a identificação como “a ação de assemelhar um ego a outro, em consequência do que o primeiro ego se comporta como o segundo, em determinados aspectos, imita-o e, em certo sentido, assimila-o dentro de si.”²⁹

O conceito de identificação é de fundamental importância na metapsicologia proposta por Piera Aulagnier como uma contribuição à legada por Freud – tendo ela tido não só a ambição de, mas a experiência clínica de tratar psicóticos.³⁰

26 Idem, p. 133.

27 Idem, p. 134.

28 Freud, S. (1923). O ego e o id. *ESB* XIX, p. 43/4).

29 Freud, S. (1933[1932]). Novas conferências introdutórias sobre psicanálise. *ESB* XXII, p. 82.

30 A propósito, q. v. VIOLANTE, M. Lucia V. *Piera Aulagnier: uma contribuição contemporânea à obra de Freud*. São Paulo: Via Lettera, 2001.

Porém, antes de mais nada, coloco em relevo a apreciação desta autora (1989) acerca da obra de Freud, ao afirmar: “A meu ver, a contribuição mais fundamental da teoria freudiana encontra-se no lugar e na função que designa ao desejo, tanto na organização de nosso mundo interno quanto na desse campo social que nos cerca. Duas organizações regidas por princípios tão diferentes quanto o são seus objetivos e que deverão, no entanto, conseguir entrar em acordo para que sujeito e mundo possam coabitar, continuar a existir um para o outro. Renunciar ao desejo equivale a uma morte psíquica, mas não poder aceitar os limites que sua realização encontrará pode atingir um resultado igualmente catastrófico.”³¹

Aulagnier (1984) postula que na construção do edifício identificatório de todo ser humano, há um caráter invariante, que reside na necessidade de usar materiais heterogêneos:

1. o que vem dos pais – prevalentemente da mãe –, cujo desejo e discurso acerca do bebê precedem o seu nascimento;
2. o que vem do discurso do meio sociocultural a que a família pertence, designando o lugar que a criança poderá ou não ocupar, enquanto elemento do sistema de parentesco sobre o qual nossa organização social se estabelece;
3. o que vem do próprio desejo da criança.

Essas três dimensões devem manter-se juntas, uma vez que a exclusão de apenas uma resulta no desmoronamento de todo o edifício. Conforme citação acima, psiquicamente para o sujeito é tão danoso renunciar a seu desejo quanto não poder aceitar os limites de sua realização impostos pelos outros.

Em outro lugar, explicitarei que, de acordo com Aulagnier (1975), o Eu é antecipado, historizado e estruturado pela linguagem.³²

Isso significa que, antes mesmo de nascer, o bebê é pré-enunciado e pré-vestido sobretudo pela psique materna, à qual vem se somar a paterna; igualmente deverá ser pré-enunciado pelo grupo social a que a família pertence. Depois que o bebê nascer, é necessário, mas não suficiente,

31 Aulagnier, P. (1989). “Que desejo, por que filho?”, in *Psicanálise e Universidade*, no. 21, set./2004, p. 11-16, p. 12; tradução de Monica Seincman.

32 Violante, M. L. V. Op. Cit.

que os pais o reconheçam, antecipando-lhe um Eu e investindo-o libidinalmente. Digo necessário mas não suficiente porque é imprescindível que o grupo social reserve a esta criança um lugar, investindo-a como legítimo ocupante desse lugar. A criança deve ser investida pelo grupo antes que possa investir no grupo.

O Eu não existe desde o início da vida, mas vai se constituir entre os 6 e os 18 meses, segundo a teoria do estágio do espelho devida a Lacan e mantida por Aulagnier. Entretanto, desde o nascimento do bebê, seu Eu é historizado, à medida que nasce imerso na história edipiana dos pais, constituindo-se em sua própria história edipiana – do nascimento ao final da infância, ou melhor, desde o advento do Eu até a resolução edipiana – por meio de uma dialética identificatória, até aceder à identificação simbólica.

Ainda, o Eu é estruturado pela linguagem porque se constitui num “micro-meio”, isto é, no meio familiar, que lhe serve de elo intermediário entre sua psique singular e o “meio psíquico ambiente” que o cerca. O “micro-meio” é organizado pelo discurso e pelo desejo dos pais entre si e em relação à criança. Nesse meio familiar, Aulagnier sublinha como fatores importantes: o porta-voz, isto é, a mãe, o desejo do pai e a “linguagem fundamental” – a qual tem uma função identificatória. Segundo a autora (1989), a linguagem fundamental é o alicerce sobre o qual o sujeito repousará a ordenação de seu capital semântico, “alicerce que determinará a forma de investimento que o sujeito poderá ou não manter com sua palavra e seu pensamento, com seu desejo de saber e sua necessidade de se comunicar.”³³

A linguagem fundamental se constitui por dois subconjuntos do campo semântico, cuja ação identificatória depende da junção entre ambos: a) os termos que nomeiam os afetos (inconscientes), tornando-os sentimentos dizíveis (conscientes); b) os termos que designam os lugares simbólicos do sistema de parentesco numa dada cultura, o que é indissociável do registro identificatório.

De acordo com Aulagnier (1975), “o próprio da função simbólica, do signo lingüístico e da linguagem [...] é criar uma configuração relacional

33 Aulagnier, P. (1989). “O tempo da interpretação”, in *Psicanálise e Universidade*, no. 4, 1996, p. 9-26, p. 14: tradução de Martha Gambini.

simbólica que engendra uma configuração do real que permite a passagem do individual aos valores universais.” A universalidade das relações que unem os elementos se contrapõe à singularidade deles e, ao designá-los, a linguagem cria o sentido engendrado por essas relações – sentido que se submete a uma “lei da relação presente entre os elementos”.³⁴

O “termo parentesco” designa o sujeito como suporte de uma função simbólica, editando e engendrando a lei relacional entre a totalidade dos termos do sistema. No registro identificatório, o termo simbólico ou função simbólica, como diz a autora, refere-se ao termo do campo lingüístico que designa o lugar e a função do sujeito em sua rede familiar. “Os termos pai, filho, mãe, antepassado, designam uma função que só tem sentido em função da relação que ela estabelece entre um termo e o conjunto dos termos do sistema de parentesco. Esta função é independente do sujeito singular que a encarna durante o breve período de sua existência.”³⁵ Isto significa que a fixidez e a identidade das funções simbólicas se contrapõem à mobilidade de seus ocupantes temporários.

Nas palavras de Aulagnier (1975), “O modo de ação característico da linguagem fundamental nos obrigou a realizar uma primeira incursão para além do espaço familiar” – que é o “contrato narcisista”. De um lado, esse contrato tácito entre o indivíduo e o grupo social é o último fator que intervém no modo de investimento no filho por parte dos pais; de outro, é o “fundamento de toda relação possível sujeito-sociedade, indivíduo-grupo, discurso singular-referente cultural.”³⁶

O contrato narcisista, como o define a autora, tem como signatários a criança e o grupo. Conforme anteriormente referido, o investimento na criança por parte do grupo antecipa o do grupo pela criança. “Desde sua chegada ao mundo, o grupo investe no bebê como voz futura à qual soli-

34 Aulagnier, P. (1975). *A violência da interpretação – do pictograma ao enunciado*. Rio de Janeiro: Imago, 1979, p. 163.

35 Idem, *ibidem*.

36 Aulagnier, P. (1975). *Op. Cit.*, p. 158.

citará que repita os enunciados de uma voz morta e que garanta assim, a permanência qualitativa e quantitativa de um corpo que se auto-regenera em forma contínua.”³⁷

Como contrapartida desse investimento, a criança demandará ao grupo “que se lhe assegure o direito de ocupar um lugar independente do exclusivo veredito parental, que se lhe ofereça um modelo ideal que os outros não podem rejeitar sem rejeitar ao mesmo tempo as leis do conjunto, que se lhe permita conservar a ilusão de uma persistência atemporal projetada sobre o conjunto e, em primeiro lugar, num projeto do conjunto que, segundo se supõe, seus sucessores retomarão e preservarão.”³⁸

Ainda, é preciso acrescentar que o discurso do conjunto oferece ao sujeito uma certeza acerca da origem, que é necessária para que a dimensão histórica seja projetável retroativamente sobre seu passado - “cuja referência não mais permitirá que o saber materno ou paterno seja sua garantia exaustiva e suficiente.” No processo identificatório, “o acesso a uma historicidade é fator indispensável para que o Eu alcance a autonomia requerida para o seu funcionamento.”³⁹

A concepção de Aulagnier (1975) acerca do “contrato narcisista” implica sua universalidade, ainda que seja variável a parte da libido narcisista que a sociedade investe em cada sujeito ou em cada grupo familiar ou social. A partir de sua experiência clínica com psicóticos, sobretudo no âmbito de hospitais psiquiátricos de Paris, a autora constata que as variações da relação entre o casal e o meio social desempenharão papel secundário no destino psíquico do sujeito, somente dentro de certos limites. Mas, quando estes limites não são respeitados – “seja porque o casal rejeita as cláusulas essenciais do contrato, seja porque o conjunto lhe impõe um contrato viciado de antemão, ao negar-se cabalmente a reconhecer no casal elementos do conjunto” -, a ruptura do contrato pode ter conseqüências diretas sobre o destino psíquico da criança, tanto se a responsabilidade for do casal quanto do meio social.

37 Idem, p. 164.

38 Idem, *ibidem*.

39 Idem, p. 165.

Quando a responsabilidade pela ruptura do contrato narcisista for do casal, a negativa da mãe e/ou do pai de se comprometer com esse contrato vem revelar um núcleo psicótico mais ou menos compensado. É um fator indutor da psicose “ver-se impossibilitado de encontrar fora da família um suporte que lhe aplaine o caminho na direção da obtenção da parte de autonomia necessária para as funções do Eu.”⁴⁰

Quando a responsabilidade for do meio, ou seja, quando a realidade social for o primeiro responsável pela ruptura do contrato narcisista, ainda que seja mais difícil de captar as conseqüências psíquicas sobre o sujeito por meio do método psicanalítico, a “realidade histórica” vivida por ele desempenhará papel essencial em seu destino psíquico. Aulagnier designa peso igual a essa realidade: tanto “aos acontecimentos que podem afetar o corpo, aos que efetivamente se produziram na vida do casal durante a infância do sujeito, ao discurso proferido em relação à criança” quanto “à posição de excluído, de explorado, de vítima que a sociedade eventualmente impôs ao casal ou à criança.”⁴¹

A autora revela que, em certo número de anamneses de psicóticos, “chama a atenção o redobramento imposto pela realidade social: observa-se que a rejeição, a mutilação, o ódio, a alienação, situações todas às quais a problemática psicótica nos remete, são atuadas e não apenas fantasiadas na relação do conjunto com o casal.”⁴²

Sob tais condições, como eleger o “projeto identificatório”?

Para Aulagnier (1975), o projeto identificatório é equivalente ao ideal do ego freudiano e portanto, é também herdeiro do complexo de Édipo, tendo uma dimensão individual e uma social. Aulagnier o define como “a autoconstrução contínua do Eu, necessária para que essa instância possa projetar-se num movimento temporal, projeção da qual depende a própria existência do Eu. Correm em paralelo o acesso à temporalidade e o acesso a uma historização do experimentado: a entrada em cena do Eu é, ao mesmo tempo, entrada em cena de um tempo historizado.”⁴³

40 Aulagnier, P. (1975). Op. Cit., p. 166.

41 Idem, *ibidem*.

42 Idem, p. 167.

43 Aulagnier, P. (1975). Op. Cit., p. 168.

Se, para Piera Aulagnier – tanto quanto para Freud –, o projeto identificatório (assim como o ideal do ego) é herdeiro do complexo de Édipo, o que esse complexo é para a autora?

Aulagnier concebe o complexo de Édipo do mesmo modo que Freud o postulou e, é desse mesmo modo que Castoriadis o entende.

Nas palavras de Castoriadis (1975), é necessário ensinar à criança que “ninguém [...] é fonte e senhor absoluto da significação. Em outras palavras, é preciso e basta que a criança seja remetida à instituição da significação e à significação como instituída e não dependendo de nenhuma pessoa particular. [...]. Só a instituição da sociedade, procedente do imaginário social, pode limitar a imaginação radical da psique e fazer existir para esta uma realidade, fazendo existir uma sociedade.”

Ainda, segundo o autor, “para além de toda relatividade sócio-cultural, é aí que se localiza a significação profunda do complexo de Édipo.” E, em nota de rodapé, Castoriadis acrescenta: “[...] é de uma evidência que cega – é o caso de dizer – que o problema que Freud colocava e se colocava na temática do ‘complexo de Édipo’ e do ‘assassinato do pai’ era o problema da socialização da psique.”⁴⁴

Hornstein (2004) reconhece que “para Castoriadis, psique e sociedade são irredutíveis e indissociáveis”. Segundo Hornstein, isto revela que ele “articulou filosofia, política, psicanálise e lógica, e acrescentou a esse conjunto um olhar sobre a sociedade, a história e a constituição subjetiva.”⁴⁵

Como afirma Hornstein, “O histórico-social não é uma simples força exterior, mas uma base produtiva que constitui os sujeitos.”⁴⁶

Esta é a mesma compreensão que leva Renato Mezan (2002) a cunhar de “matriz social da vida psíquica” o fato de que, de acordo com a psicanálise freudiana, a realidade psíquica não existe e nem se constitui no vazio.⁴⁷

44 Castoriadis, C. *A instituição imaginária da sociedade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986, 2ª. edição, p. 352.

45 Hornstein, L. “La subjetividad y lo histórico-social. Hoy y ayer, Piera Aulagnier”. In: HORNSTEIN, Luis et. al. *Proyecto terapéutico – de Piera Aulagnier al psicoanálisis actual*. Buenos Aires: Paidós, 2004, p. 29-75, p. 63; tradução minha.

46 Hornstein, L. Op. Cit., p. 68.

47 Mezan, R. *Interfaces da psicanálise*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002, p. 12.

Sem dúvida, estou de acordo com os autores por mim citados, de modo que posso afirmar que nos contrapomos à idéia equivocada que muitos possuem acerca da psicanálise freudiana, a qual se restringiria a priorizar somente o intrapsíquico, esquecendo-se do lugar do outro na constituição psíquica do sujeito, e até mesmo, relegando a segundo plano a realidade histórica do sujeito, parte integrante da realidade social à qual pertence.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Aulagnier, P. (1975). *A violência da interpretação – do pictograma ao enunciado*. Rio de Janeiro: Imago, 1979.
- ____ (1985). Nascimento de um corpo, origem de uma história. In: Aulagnier, P. et al. *Corps et histoire*. Paris: Les Belles Lettres, 1986, p. 99-141; tradução minha.
- ____ (1989). “O tempo da interpretação”, in *Psicanálise e Universidade*, no. 4, 1996, p. 9-26; tradução de Martha Gambini.
- ____ (1989). “Que desejo, por que filho?”, in *Psicanálise e Universidade*, no. 21, set./2004, p. 11-16; tradução de Monica Seincman.
- Castoriadis, C. (1975). *A instituição imaginária da sociedade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986, 2ª. edição.
- Freud, S. (1950[1895]). *Projeto para uma psicologia científica*. Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud, vol. I. Rio de Janeiro: Imago, 1977.
- ____ (1900). *A interpretação dos sonhos*. ESB V.
- ____ (1905). *Três ensaios sobre a teoria da sexualidade*. ESB VII.
- ____ (1915). *O inconsciente*. ESB XIV.
- ____ (1921). *Psicologia de grupo e a análise do ego*. ESB XVIII.
- ____ (1923). *O ego e o id*. ESB XIX.
- ____ (1923[1922]). *Dois verbetes de enciclopédia*. ESB XVIII.
- ____ (1926[1925]). *Inibições, sintomas e ansiedade*. ESB XX.
- ____ (1927). *O futuro de uma ilusão*. ESB XXI.
- ____ (1930[1929]). *O mal-estar na civilização*. ESB XXI.

- Freud, S. (1933[1932]). Novas conferências introdutórias sobre psicanálise. ESB XXII.
- ____ (1939[1934-1938]). Moisés e o monoteísmo – três ensaios. ESB XXIII.
- ____ (1940[1938]). Esboço de psicanálise. ESB XXIII.
- Hornstein, L. (2004). “La subjetividad y lo histórico-social. Hoy y ayer, Piera Aulagnier”. In: Hornstein, L. et. al. Proyecto terapéutico – de Piera Aulagnier al psicoanálisis actual. Buenos Aires: Paidós, p. 29-75.
- Mezan, R. (2002). Interfaces da psicanálise. São Paulo: Companhia das Letras.
- Violante, M. L. V. (1995). A criança mal-amada – Estudo sobre a potencialidade melancólica. Petrópolis: Vozes.
- ____ (2001). Piera Aulagnier: uma contribuição contemporânea à obra de Freud. São Paulo: Via Lettera/FAPESP.
- ____ (2004). Ensaios freudianos em torno da psicosexualidade. São Paulo: Via Lettera.